



**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE
DOIS MIL E ONZE**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e onze, pelas 09:30 horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** - *Exposição do Senhor Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Relatório Anual de Avaliação de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alijó, referente ao ano de 2010, nos termos da alínea h) do n.º 2 do art.º 18º da lei n.º 147/99, de 1 de Setembro;* -----

-----**TRÊS** – *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, para assistir ao XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;* -----

-----**QUATRO** – *Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2010.* -----

-----**CINCO** – *Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro.* -----

-----**SEIS** – *Pedido de Aprovação da 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2011, que se traduz na 2ª Revisão ao Orçamento da Receita e 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa.* -----

-----**PRESIDENTE DA MESA**, Sr. Eng. João Manuel Gouveia da Costa inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes Membros: Carlos Filipe Mesquita Gomes, Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias e António Manuel Veiga Lobo Figueiredo Barros. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** coloca à discussão a Acta da sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia 28 de Fevereiro de dois mil e onze e abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Membro: -----



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Desenvolvimento Económico Natural

-----**MEMBRO DOMINGOS AURÉLIO:** Foca a página três, onde se lê "surtiu feito", deve ler-se "surtiu efeito". -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que serão tomadas as devidas notas e coloca a votação a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 28 de Fevereiro de 2011, sendo aprovada por maioria de votos, com 30 votos a favor e 01 abstenção. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** coloca à discussão a Acta da sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do dia 21 de Março de dois mil e onze e abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Membro: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Foca a página quatro, onde se lê "ficou um pouco triste", deve ler-se "ficou triste" e onde se lê "esses investimentos vão ser feitos", deve ler-se "esses investimentos sejam feitos". -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que serão tomadas as devidas notas e coloca a votação a Acta da sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do dia 21 de Março de 2011, sendo aprovada por maioria de votos, com 28 votos a favor e 04 abstenções. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA:** Dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia* e não havendo Inscrições, dá início à Ordem de Trabalhos, introduzindo o *Ponto Um "Exposição do Senhor Presidente da Câmara"* (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Fevereiro de 2011 (segunda quinzena), Março e Abril (primeira quinzena). 1 – Situação Financeira da Autarquia: À data da presente informação, o Município de Alijó, tem uma dívida a fornecedores, na ordem dos 7,7 milhões de euros. Da dívida atual, 52% respeita a fornecedores correntes, e cerca de 48% respeita a fornecedores de imobilizado (investimento). De salientar que da execução do plano de saneamento financeiro, aprovado por esta Assembleia Municipal, foi executado este ano o valor de €359.193,45. Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais. No que respeita a dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros, está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento. 2 – Atividade do Município: **A – Atividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Património Histórico e Natural

*mpc
3
Figueira*

mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respetivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. B – Atividade cultural e desportiva. a – Atividade cultural: Biblioteca Municipal

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
Fevereiro*	4	429
Março	1	509
Abril**	0	90

* A partir do dia 9 (inclusive) ** Até ao dia 8 (inclusive)

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>
Fevereiro*	1154
Março	909
Abril**	354

* A partir do dia 4 (inclusive) ** Até ao dia 8 (inclusive) **Atividades Realizadas:** “Nós vamos lá!”, leitura ao domicílio. “Olho vivo, orelha fita...”- “A saquinha da flor”-



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Evolutivo e Económico

Audatório Municipal: Ações Pagas

Título	Tipo	Sessões	Bilhetes Vendidos	Mês
Não há Família Pior	Filme	3	38	Fevereiro
Entrelaçados	Filme	2	69	
Imparável	Filme	3	33	
Mighty Tales	Música	1	25	
As Crónicas de Nárnia: A viagem do caminheiro da alvorada	Filme	4	53	Março
Tron: O Legado	Filme	3	25	
Palavra de Mulher	Música	1	27	
O Preço da Traição	Filme	3	33	
O cisne negro	Filme	3	64	Abril

Ações gratuitas

Título	Tipo	Sessões	Espectadores	Mês
Auto da barca do inferno	Teatro	1	200	Fevereiro
Formação para os censos 2011	Formação	2	70	
Formação para os censos 2011	Formação	2	36	Março
Formação para os censos 2011	Formação	2	42	
Formação para os censos 2011	Formação	1	19	
Filme pascal para os meninos da catequese	Filme	1	50	Abril
Precisa-se de um cadáver	Teatro	1	121	
Tag's : Primavera iu dance	Dança	1	140	
Filme pascal para os meninos da catequese	Filme	1	78	



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Espaço Internet: Fevereiro: 729 utilizadores, Média de idades: 19,7; **Março:** 745 utilizadores, Média de idades: 19,7 **Abril:** 248 utilizadores, Média de idades: 19,6. **b – Atividade desportiva:** Atividades de Carácter Contínuo: Escola de Natação – continuação das atividades da Escola está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 18 anos; adultos) que posteriormente se subdividem em níveis de aprendizagem. Atividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma atividade de sucesso. É uma atividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Atividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step, Localizada, fitball e Pilates. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico mas também a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de atividade física “indoor” realizarem uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente.

-Piscinas Municipais

Entradas no Complexo para utilização da Piscina

Fevereiro 2011

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	398
Escolas 1º ciclo	540
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	234
Lazer	130
Aeróbica	119
Hidroginástica	287
Clube de Natação Alijó	-
Boccia	-
fitball	-
Pilates	-
Ballet	40
PumPit	40

*mg
Cash
Figueira*



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Património Histórico e Cultural

TOTAL	Entradas 1788
--------------	----------------------

Março 2011

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	434
Escolas 1º ciclo	382
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	337
Lazer	162
Aeróbica	116
Hidroginástica	347
fitball	10
Pilates	-
Ballet	35
PumPit	45
TOTAL	Entradas 1868

-Pavilhão Municipal: Entradas no Complexo para utilização do Pavilhão

Fevereiro 2011

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	2458
EFDM	-
A. Marciais	49
Patinagem	51
Basquetebol	



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Indústria Turismo Natureza

*mg
Fevereiro
Fevereiro*

Futsal	389
TOTAL	Entradas 2947

Março 2011

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	3748
EFDM	-
A. Marciais	-
Patinagem	74
Basquetebol	-
Futsal	407
TOTAL	Entradas 4229

c – **Posto de Turismo:** **Fevereiro:** - Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e cinco portugueses, seis ingleses, dois estadunidenses, dois espanhóis e dois canadianos. - Prestação de informação turística documental a entidades várias. - Acompanhamento de aluna do Curso Profissional de Técnico de Informática de Gestão da Escola EB 2/3 D. Sancho II que se encontra a realizar um estágio de Formação em Contexto de Trabalho com duração de 2 meses. - Conclusão do Estágio da aluna do Curso Profissional de Técnico de Informática. Avaliação e análise de resultados. **Março:** Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de dezoito portugueses, dois estadunidenses, seis espanhóis, três canadianos, dois austríacos, dois neozelandeses e quatro brasileiros. - Prestação de informação turística documental. **Abril:-** Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de dezoito portugueses, dois alemães, quatro canadianos e dois suíços. - Prestação de informação turística documental. - Colaboração com a Escola EB 2/3 D. Sancho II – Curso Profissional de Técnico de Turismo prestando apoio aos alunos. - Preparação e organização de programas turísticos para grupos que desejam visitar a região. **d – Gabinete de Arqueologia:** *Acções fundamentais do Gabinete de Arqueologia:* Implementação e Coordenação de dois Estágios Profissionais neste Município. O protocolo assinado entre a Escola EB 2,3/S D. Sancho II e o Município de Alijó no âmbito do Curso Profissional de Técnicos de Informática de Gestão permitiu proporcionar a dois estagiários Formação em Contexto de Trabalho, neste Município, ao longo do mês de Março. O projeto desenvolvido no âmbito deste Estágio e entretanto finalizado estará brevemente disponível ao público



em geral através das novas redes de informação e comunicação c consistiu na conceção de uma página de Internet designada de “*alijo360*”, que tem como objetivo primordial dar a conhecer, numa perspetiva envolvente, todos os Miradouros, Instituições/Serviços Municipais e ainda outros elementos patrimoniais de relevo exumados no concelho de Alijó, através de uma experiência virtual única. O software utilizado e desenvolvido pela Microsoft, o “Photosynth”, possibilita que os seus utilizadores tenham acesso à informação histórica, institucional e paisagística através de um simples “click” e em qualquer parte do Mundo. No fundo, é uma pequena máquina do tempo que permite visitar virtualmente diversos pontos de interesse concelhio e posteriormente partir para a descoberta desse mesmo património no terreno. De destacar que este serviço será disponibilizado através da página oficial do Município de Alijó e das páginas de Arqueologia/Turismo; Cooperação no projeto do Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaio (participação em diversas reuniões, criação do Regulamento provisório do Museu assim como do Serviço Educativo, reorganização de dossiers, entre outras atividades...); Colaboração com a Comissão Fabriqueira de Perafita, tendo em vista a resolução de dois problemas relacionados com elementos patrimoniais; o novo “nicho religioso” edificado e as obras de alteração/conservação da esadaria em cantaria situada na área de proteção do Santuário do Sr. de Perafita - Acompanhamento das obras; Colaboração com a Comissão Fabriqueira do Pópulo, tendo em vista a remoção do marco geodésico que se situa no topo da Capela de S. Mareos. Início dos contactos com o Instituto Geográfico Português e acompanhamento da instalação de um pequeno espaço recreativo, constituído por mesas e bancos em granito nas proximidades do edifício de apoio à Comissão Fabriqueira do Pópulo, parte essa integrante dos limites da área de proteção do Castro do Pópulo/S. Mareos; Auxílio ao Presidente de Junta de Freguesia de Vila Chã, tendo em vista o registo geográfico digital toponímico da freguesia, incluindo o número de lotes e respetivas ruas associadas (através do software ArcGis); Articulação com o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde, tendo em vista a identificação, preservação, valorização e divulgação de um património específico rural de tipo vernacular e de grande importância no contexto local/nacional: os Espigueiros; tendo como objetivo futuro a criação de processos de classificação de interesse municipal/roteiros e de um inventário, a “Carta de Espigueiros”; Conceção e execução de visitas técnicas e pedagógicas guiadas, dirigidas a Escolas e grupos interessados em conhecer o passado concelhio, a saber: - Dia 31 de Março (E.B.1 de Alijó - Alunos do 1º Ciclo – 78 Alunos) - Dia 12 e 13 de Maio (Estagiários da Escola EB 2,3/S D. Sancho II – 2 Alunos); Análise e consequente resposta via correio eletrónico de diversos pedidos individuais e de entidades empresariais, relativos ao património histórico e arqueológico exumado neste concelho; Divulgação contínua do concelho de Alijó em termos patrimoniais e culturais, através do envio de imagens para a ferramenta Web on-line “Panoramio” que, por sua vez, permite em interligação com o software Google Earth, visualizar imagens “in loco” dos bens patrimoniais georreferenciados; Continuação da relocalização dos arqueossítios no concelho de Alijó através da atualização da ficha de sítio arqueológico, por ex. pela deteção no terreno de possíveis ameaças à integridade do património e análise do seu estado de conservação, tendo sempre em vista a proteção, bem como a fruição pública dos mesmos; Divulgação de eventos de âmbito cultural e histórico através da Newsletter com periodicidade mensal. Esta Newsletter, além de ser enviada por correio eletrónico, pode ser ainda consultada e visualizada na página do Município



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Destinado ao Património Natural

JMG
29
Agosto

especificamente dedicada à Arqueologia, em <http://arqueologia.cm-alijo.pt/>; Dinamização do património histórico e arqueológico concelhio, mediante a continuação da aplicação de miniprojectos: - Atualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia; - Divulgação mensal do património arqueológico concelhio através da Agenda Municipal e da Newsletter (todos os meses o Município de Alijó dá a conhecer diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios); - Colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local. No âmbito do processo de avaliação referente ao ano de 2011, entrega de proposta de objetivos para análise posterior por parte da avaliadora. **C- Obras e Intervenções Municipais:** * Reparação de ruturas de água; * Limpeza de estações elevatórias, * Desentupimento de saneamentos, fontanários e ribeiros; * Trabalhos de manutenção em várias escolas do concelho; * Trabalhos vários em estradas e passadiços; * Colocação e manutenção de tampas de saneamento; * Trabalhos de manutenção em Bairros Sociais do Concelho; * Montagem e desmontagem de bancadas nas Piscinas Municipais; * Trabalhos de manutenção na Escola Secundária de Alijó; * Trabalhos de manutenção nos centros de dia do concelho; * Trabalhos de manutenção no telhado e canalização na “residência” da Granja; * Montagem de prateleiras na Biblioteca do polo escolar; - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Rede de Saneamento do Município – Conservação e Reparação (Freguesias de Pinhão, Vilarinho de Cotas e Casal de Loivos) – Adjudicada; - Construção de Muros Degradados no Pinhão – Acesso ao Infantário – Adjudicada; - Cemitério – Alijó – Adjudicado; - Prestação de Serviços para Controlo de Qualidade das Águas – em concurso; - Construção e Reparação de Muros Degradados na Freguesia do Pinhão – Adjudicada; - Construção/Requalificação do Pólo Escolar Integrado de Alijó – Pré-escolar e EB1 – Equipamento para a copa limpa e Copa Suja e Dispensa – Adjudicada; - Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho de Alijó – em concurso; - Edifícios do Município – Conservação e Reparação – em concurso; - Acesso à APPACDM – em concurso; - Pólo do Museu do Douro (Pão e Moscatel) – Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaios – em concurso. **D – Ação Social:** Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Proteção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); **Apoio a Idosos e Deficientes: Ajudas Técnicas** - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. De Fevereiro a Abril foram emprestadas 2 camas hospitalares articuladas, 1 para Favaios, 1 Sanfins do Douro; Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados nas Freguesias de 4 Vilar de Maçada, 4 Vila Chã; 3 Alijó, 2 Sanfins do Douro, 2 Castedo. - **Programa “Solarli”:** N.º de processos entrados de Fevereiro a Abril de 2011 – 1 Cheires, N.º de processos aprovado pelo IRUH, de Fevereiro a Abril de 2011 – 1 Casas da Estrada. **Projetos de Intervenção Comunitária:** - Programa - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). Este projecto é de âmbito supraconcelhio e abrange o território dos três Concelhos referenciados, sendo a Associação Douro Histórico a entidade Coordenadora e Executora do mesmo. O Plano de Ação



foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por elementos do Núcleo Executivo da Rede Social dos respetivos Concelhos. Ações desenvolvidas: - Convívio de Carnaval Supra Concelhio, que se realizou no dia 7 de Março, no Pavilhão Gimnodesportivo de Alijó, com a participação de 300 idosos das IPSS de Alijo, Murça e Sabrosa; - Participação do Campeonato Naeional do Boceia, que decorreu no dia 16 de Fevereiro, em Sabrosa e onde participaram 15 idosos que representaram 3 IPSS do Concelho, respetivamente Santa Casa da Misericórdia de Alijo, Grupo Social, Recreativo, Cultural e Desportivo de Favaio e Associação Cultural e Social de Sanfins do Douro; - Jogo do Boccia em todas as IPSS Do Concelho exceto Centro Social Recreativo e Cultural de Vila Verde e Pegarinhos, foram realizadas 36 sessões em Fevereiro, 40 Março e 19 sessões em Abril (até dia 15). - Dinâmicas de Gerontomotrieidade em todas as IPSS do Coneelho exceto Centro Soeial Recreativo e Cultural de Vila Verde e Pegarinhos, foram realizadas 10 sessões em Fevereiro, 19 sessões em Março, 9 sessões em Abril - Web Itinerante em todas as IPSS do Concelho exceto Centro Social Recreativo e Cultural de Vila Verde e Pegarinhos, foram realizadas 8 sessões em Fevereiro, 6 sessões em Março e 5 sessões em Abril; **Rede Social:** - Realização do encontro das “Tertúlias Sociais” em 2 de Abril - espaço de debate e partilha de conhecimentos entre os técnicos que intervêm na área social do Concelho. Estes eneontros têm a periodicidade mensal e decorrem nas primeiras terças-feiras de cada mês no período da tarde; Da qual resultou: - Fazer uma Newsletter onde conte todas as atividades desenvolvidas no Coneelho pelas IPSS e outras instituições sociais do Concelho; - Realizar um Feirão com os trabalhos descnvolvidos pelos clientes de eada Instituição cuja receita reverte para cada Instituição.

Gabinete de Inserção Profissional - GIP

ACTIVIDADES	OBJECTIVOS
Realização de sessões de técnicas de procura de emprego	21 sessões
Realização de sessões de informação escolar e profissional para jovens e adultos desempregados	189 participantes
Realização de contactos com empresários da iniciativa do animador e Visitas a Empresas	75 contactos
Captação de ofertas de emprego	12 ofertas
Encaminhamentos para qualificação profissional, estágios, colocação e outras medidas de apoio ao emprego, à empregabilidade e ao empreendedorismo	25 utentes

Das 12 ofertas de emprego: - 40 candidatos foram encaminhados para entrevista; - 8 candidatos colocados no mercado de trabalho; - 4 candidatos encontram-se em processo de recrutamento a decorrer e aguardam resposta. **Gabinete de**



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Trabalhamos com o Ambiente Natural

Apoio ao Emigrante: N.º de processos/ Solicitações de Fevereiro a Abril de 2011 – 4, - 2 processos sobre nacionalidade; - 1 processos sobre questões relacionadas com Segurança Social, - 1 processo sobre deslocações ao Concelho. **E – Educação:** - Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º CEB (Atividade Física, Ensino de Inglês e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade); - Transferência de verbas para Agrupamentos de Escolas para material didático e material de desgaste; - Disponibilização de pessoal não docente para os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º CEB do concelho (auxiliares de ação educativa para estabelecimentos de ensino e auxiliares para apoio à Componente de Apoio à Família, Programa de Generalização de Refeições Escolares e Programa de atividades de Enriquecimento Curricular); - Fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB; - Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins de Infância do concelho; - Gratuitidade da componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins de Infância do concelho; - Implementação do sistema de Ação Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB e no Pré-Escolar (no caso do 1º CEB apoiou-se também ao nível de manuais escolares). Atualização permanente dos escalões de Ação Social Escolar; - Gratuitidade dos transportes escolares para todos os níveis de ensino; - Cedência de transporte para visitas de estudo para alunos de todos os estabelecimentos de ensino (desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, passando pelos Cursos CEF e Profissionais); - Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições especializadas fora do concelho (APPACDM de Sabrosa, APPC de Vila Real e Associação Nuelisol Piaget de Vila Real); - Cedência de transporte a instituições do concelho de carácter cultura e desportivo com compromissos oficiais (atuações, competições,...); - Colaboração com projetos de intervenção social que promovem atividade para crianças e jovens (Programa Escolhas,...); - Colaboração com instituições que promovam cursos de formação profissional no concelho (Centro de Formação Profissional de Vila Real, Nervir, Consultua); - Manutenção de sistemas de aquecimento nos estabelecimentos de ensino e distribuição de briquetes; - Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia para suporte de despesas de manutenção, limpeza, lenha ou outro tipo; - Distribuição de produtos de limpeza em estabelecimentos de ensino de freguesias com as quais não foi estabelecido Protocolo de cooperação; - Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho;- Construção e apetrechamento do Centro Escolar de Alijó; - Realização de pequenas obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; - Apoio e colaboração na dinamização de atividades direcionadas a crianças e jovens; - Apoio e colaboração na dinamização promovidas pelo Agrupamento de Escolas de Alijó; - Limpeza e desinfestação de edifícios escolares e áreas circundantes; - Gestão da frota municipal afeta aos transportes escolares; **F – Saúde Pública:** - Inspeção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspeção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Desenvolvimento Perpetuo Natural

proprietário; - Campanha de vacinação antirrábica em época especial; - Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro; - Avaliação de projetos e vistoria prévia de estabelecimentos de venda e/ou manufatura de produtos alimentares, para posterior emissão de Licença de Utilização Camarária, com emissão de parccer; - Avaliação de queixas de insalubridade envolvendo animais; -Coordenação semanal com o canil Intermunicipal de Vila Real, para programação e execução de capturas de canídeos errantes no concelho de Alijó; -Colaboração com a GNR de Alijó na resolução de problemas envolvendo animais; -Colaboração com vistorias efetuadas por brigadas da A.S.A.E. no concelho de Alijó, através da prestação de peritagens técnicas;



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
(Incluído no Ponto Verde)

G – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Jncp
13
Jan
Valpaços

Área de Intervenção	Participantes	Objetivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó Setor AgroIndustrial – Produção de vinhos comuns e licorosos	. GADL; . Promotores.	Acompanhamento de 2 processos de adaptação ao novo regime de exercício das atividade industrial de acordo com o Dec-Lei n.º209/2008	. Análise dos processos: - regularização do licenciamento industrial tipo 3.
Concelho de Alijó Licenciamento industrial de Adegas e Lagares	. GADL; . Câmara Municipal de Valpaços	Uniformização de procedimentos relativos ao licenciamento industrial adotados	. reuniões de trabalho com equipa da CM de Valpaços
Concelho de Alijó - Favaios Artesanato – Bordados	. GADL; . Artesã; . Associação de Artesãos da Região Norte;	. Obtenção de carta de artesão; . Certificação de Unidade Produtiva de Artesão	. Reuniões de trabalho com a artesã; . Elaboração do processo para obtenção de carta de artesã e Unidade Produtiva.
Concelho de Alijó Setor Agropecuário – Alijó, Pópulo, Santa Eugénia.	. GADL; . Promotores	Acompanhamentos das atividades nas explorações Pecuárias e Cozinhas Regionais.	. Visitas de trabalho periódicas às explorações.
Concelho de Alijó – Alijó Setor/Turismo	. GADL; . Promotores	Acompanhamento de 1 processos de reclassificação	. Processo de reconversão com vistoria ao empreendimento.
Concelho de Alijó – Alijó Setor/Turismo	. GADL; . Câmara Municipal de Tabuaço	Participação na Feira de Vinhos Velhos e Azeites Novos	. Participação no “Show Taste”
Concelho de Alijó (Setor Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; . Guarda-Florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF;	. Melhorar a Gestão da ZCMA.	. Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais; . Foram efetuadas ações de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Divulgação através do Site do Município de toda informação necessária para o exercício da Caça na ZCMA, para época venatória 2011/2012; . Ações de Captura de coelho bravo planificadas para introdução no Posto de reprodução; . Serviço administrativo da ZCMA: - emissão das autorizações especiais de caça; - requerimentos para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador e recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas; . Tratamento e envio de correspondência ao caçador; . Fiscalização da ZCMA;



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Município do Povoamento

Concelho de Alijó (Setor Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)	. GADL; . Guarda-florestal Auxiliar;	. Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã	. Serviço administrativo da Concessão de Pesca; . Emissão de autorizações diárias para pescar na Albufeira de Vila Chã;
Concelho de Alijó Setor Pesca	. GADL;	. Melhorar a Gestão das áreas de pesca desportiva, no Rio Tua e Rio Pinhão	. Elaboração de dois processos de concessão de Pesca Desportiva relativos ao Rio Tua e Pinhão e respetivo pedido à AFN.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) Setor Florestal – PMDFCI	. GADL; . GTF; . COM.	. Coordenar as ações de Serviço Municipal de Proteção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM.	. Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó e nos Concelhos limítrofes.
	. GADL; . GTF; . COM.	. Conselhos sobre queimas e queimadas nos proprietários.	. Aconselhamento, de forma permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas.
	. COM; . GTF; . GADL	. Coordenar as ações de Combate aos Incêndios Urbanos /Florestais/Acidentes Rodoviários.	. Acompanhamento, coordenação e apoio logístico de todos os meios envolvidos nos teatros de operações dos Incêndios Urbanos/Florestais ocorridos nas Freguesias de Alijó, Favaíos, Pegarinhos, Sanfins do Douro, Vila Verde, Vilar de Maçada.
	. GADL; . GTF; . COM.	. Esclarecimento sobre o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.	. Defesa de pessoas e bens, redes secundárias de faixas de gestão de combustível, interpretação do decreto-lei.
	. GTF . Estradas de Portugal	. Faixas de Gestão de Combustível para o ano 2011 no âmbito do PMDFCI.	. Reunião de trabalho tendo em vista a marcação das faixas de gestão de combustível a executar pelas Estradas de Portugal para o ano 2011.
	. COM; . GTF; GADL; . Infantiário de Favaíos; . BV Favaíos.	. “Incêndio na Escola – Como evacuar”.	. Simulacros de como evacuar uma escola em caso de incêndio.
	. COM; . GTF; GADL; . Prof.ª representante do Clube Proteção Civil da Escola EB 2,3 Alijó . GNR – Escola Segura	. Comemoração do Dia Mundial da Proteção Civil.	. Realização de atividades no âmbito do Dia Mundial da Proteção Civil.
	. GTF; GADL; . COM; . SF 10-117	. Limpeza de caminhos/estradas florestais.	. Acompanhamento dos trabalhos executados pela equipa SF 10-117.

*Ing
Ferreira
Ferreira*

<ul style="list-style-type: none"> . GTF; GADL; . COM; . SF 10-117; . Arquitecta Paisagista da CMA; . Freguesia de Alijó. 	<ul style="list-style-type: none"> . Árvores urbanas – intervenções (situações de risco), conflitualidade com habitações e rede elétrica. 	<ul style="list-style-type: none"> . Limpeza, desramação e podas de formação em plátanos no Bairro do Hospital em Alijó.
<ul style="list-style-type: none"> . COM; . GTF; GADL; . Prof.ª representante do Clube Proteção Civil da Escola EB 2,3 Alijó . Turmas da Escola EB 2,3 Alijó 	<ul style="list-style-type: none"> . Atividade do Clube Proteção Civil em parceria com o SMPC e as Corporações Bombeiros do Concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> . Sessões de esclarecimento: "Como agir em caso de acidente: primeiros socorros"
<ul style="list-style-type: none"> . COM; . GTF; GADL; . Prof.ª representante do Clube da Floresta da Escola EB 2,3 Alijó 	<ul style="list-style-type: none"> . Comemoração Dia Mundial da Floresta. 	<ul style="list-style-type: none"> . Atividades com os alunos do Clube da Floresta; . Plantação de árvores.
<ul style="list-style-type: none"> . COM; . GTF; GADL; . Prof.ª Escola Secundária de Alijó 	<ul style="list-style-type: none"> . Comemoração Dia Mundial da Floresta. 	<ul style="list-style-type: none"> . Sessões de esclarecimento
<ul style="list-style-type: none"> . COM; . GTF; GADL; . CPE – Eng.º Eduardo Carvalho – AFN . CPE Braga e Bragança; . SF 10-117 Alijó; . SF Sabrosa. 	<ul style="list-style-type: none"> . Fogo Controlado no Concelho de Alijó. 	<ul style="list-style-type: none"> . Realização de parcelas de fogo nas Freguesias de Carlão e Ribalonga controlado, no âmbito do PMDFCI, para o ano 2011, e gestão cinegética da ZCMA.
<ul style="list-style-type: none"> . GTF; GADL; . COM; . SF 10-117; . Arquitecta Paisagista da CMA; . Freguesia de Alijó. 	<ul style="list-style-type: none"> . Árvores urbanas – intervenções (situações de risco), conflitualidade com habitações e rede elétrica. 	<ul style="list-style-type: none"> . Limpeza, desramação e podas de formação em plátanos no Bairro do Hospital em Alijó.
<ul style="list-style-type: none"> . COM; . GTF; GADL; . Prof.ª representante do Clube Proteção Civil da Escola EB 2,3 Alijó . Turmas da Escola EB 2,3 Alijó 	<ul style="list-style-type: none"> . Atividade do Clube Proteção Civil em parceria com o SMPC e as Corporações Bombeiros do Concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> . Sessões de esclarecimento: "Como agir em caso de acidente: primeiros socorros"
<ul style="list-style-type: none"> . COM; . GTF; GADL; . Prof.ª representante do Clube da Floresta da Escola EB 2,3 Alijó 	<ul style="list-style-type: none"> . Comemoração Dia Mundial da Floresta. 	<ul style="list-style-type: none"> . Atividades com os alunos do Clube da Floresta; . Plantação de árvores.
<ul style="list-style-type: none"> . COM; . GTF; GADL; . Prof.ª Escola Secundária de Alijó 	<ul style="list-style-type: none"> . Comemoração Dia Mundial da Floresta. 	<ul style="list-style-type: none"> . Sessões de esclarecimento
<ul style="list-style-type: none"> . COM; . GTF; GADL; . CPE – Eng.º Eduardo Carvalho – AFN . CPE Braga e Bragança; . SF 10-117 Alijó; . SF Sabrosa. 	<ul style="list-style-type: none"> . Fogo Controlado no Concelho de Alijó. 	<ul style="list-style-type: none"> . Realização de parcelas de fogo nas Freguesias de Carlão e Ribalonga controlado, no âmbito do PMDFCI, para o ano 2011, e gestão cinegética da ZCMA.



MUNICÍPIO DE
ALIJO
De Insuaresia Património Natural

Nota: Este documento foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Alijó, 18 de Abril de 2011 O Presidente da Câmara Dr. José Artur Fontes Cascarejo

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes
Membros: -----

-----**MEMBRO MIGUEL ÂNGELO:** Foca a questão do empréstimo de dez milhões de euros, referindo que a Bancada do PSD tem feito intervenções neste sentido, pois ainda não conseguiu perceber onde estão diluídos os dez milhões de euros contraídos, para fazer face às despesas de fornecedores correntes, transformação de dívidas de curto e longo prazo. Acrescenta que em cerca de doze meses, após contraírem o empréstimo, verificou um aumento de 12% na dívida, mais concretamente setecentos mil euros. Finaliza frisando que a dívida continua a aumentar, não entendendo onde foram empregues os dez milhões de euros. -----

-----**MEMBRO DOMINGOS AURÉLIO:** Inicia a sua intervenção focando a população da Balsa, a qual tem muita água e normalmente nos Verões, a água nunca chega devidamente às casas. Tem conhecimento que já foi feito um estudo pelo aumento da cota do depósito da Balsa, ou seja, para poderem remediar o problema, seria colocado um depósito em plástico a uma altitude de forma a que a água chegasse a todos os habitantes. Acrescenta que na Balsa são pessoas idosas, com dificuldades em se deslocarem, para levarem a água para casa, apesar de existirem torneiras públicas. Informa que a água não chega com pressão suficiente para que os esquentadores possam funcionar. Apesar de saber das dificuldades que a Câmara atravessa, apela ao humanismo do Sr. Presidente da Câmara, pois aquela povoação tem sofrido, ao longo dos tempos, acrescentando que, uma vez que o Verão se aproxima, gostaria que este problema fosse resolvido; não compreende muito bem esta situação, dado tratar-se de uma aldeia em que não falta água, quer de Inverno, quer de Verão, pretendendo que as pessoas possam ter este serviço básico ao seu dispor e vivam minimamente confortáveis. Solicita ainda que o Sr. Presidente da Câmara não se esqueça do problema do saneamento, existente na Balsa, pois nas traseiras de uma habitação podem verificar que “existe um pântano autêntico” e com o aproximar do Verão vai originar mais bichos, podendo advir daí, problemas para a saúde pública em geral. -----



JMG
17
August

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Felicita S. Mamede de Ribatua pela continuação da realização da “Feira da Laranja”, pois destes movimentos cívicos se faz a dinâmica do Concelho de Alijó. Deseja à Assembleia Municipal e em particular a todos os trabalhadores do Concelho, um óptimo 1.º de Maio, “Dia do Trabalhador”. Informa que dia 01 de Maio pelas 15:30horas haverá uma reunião da ZIF Alijó/Norte em Vila Chã, chamando a tenção dos Membros da Assembleia para o Jornal “A Voz de Trás os Montes”, na página 15, onde consta uma grande informação sobre a importância da floresta e seus derivados, assim como a resina e a resinagem, novas máquinas para a exploração da resina, que por sua vez irá facilitar a tarefa árdua e economicamente irá reverter para os produtores da floresta. Acrescenta que, olhando a esta notícia, à realização da Feira e outras potencialidades que tem o Concelho, devem direccionar as energias para valorizar e potenciar os recursos Concelhios, porque se assim não fizerem, mais difícil será contornar a crise, a qual não é só do Concelho, mas sim Nacional e Internacional. Faz referência ao Executivo e suas dinâmicas, as quais tem vindo a enunciar, focando as Casas de Cultura, dinamizadoras do serviço cívico do Concelho, as quais deviam beneficiar de algum beneficio para assim poderem continuar a ser dinâmicas, porque não têm tanta dinâmica como as grandes Associações; foca ainda as transferências para as grandes Associações as quais têm transferências significativas. Afirma que as Associações de média e pequena dimensão, particularmente as de pequena dimensão, não têm recebido praticamente nada, o que não é incentivador para que mantenham algo do que foi já muito importante nas localidades e respectivas Freguesias. Afirma ainda que é absolutamente contra que não haja pelo menos um subsídio de manutenção e conservação dos edifícios, pois poderá haver alguém que num futuro próximo aproveite esse património, ficando as localidades menos desprotegidas e menos abandonadas. Lembra que foi já referido o problema do IC5 e do acesso entre o percurso Pópulo e Anta/Vila Chã, pois sabem o quanto são importantes os acessos, para as infra-estruturas; uma estrada que não tenha acessos “vale mais não existir” pois não serve as populações por onde passa. Lembra que foi afirmado e prometido pelo Sr. Presidente da Câmara que iriam nomear uma Delegação para se deslocarem a Lisboa e debaterem este problema, reafirmando que prefere lutar toda a vida por uma causa e nunca a conseguir do que baixar os braços e deixar de se empenhar pela resolução do problema e por isso foca novamente esta questão,



manifestando ainda a sua prontidão para colaborar no que for necessário. Afirma que está certo que o Sr. Presidente da Câmara irá ter uma resposta para o problema do troço da estrada de Carlão, entre a rotunda do aeródromo da Chã e particularmente as Casas da Serra, estrada que se encontra muito destruída, fruto do trânsito de veículos pesados, tendo sido dito que iam desenvolver diligências no sentido de resolver esta questão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção sobre a dívida, indica que há um Ponto específico na Ordem de Trabalhos sobre esta matéria, prestando nessa altura os devidos esclarecimentos. No que diz respeito à questão da água e saneamento, referida pelo Membro Domingos Aurélio, indica que é um facto, mas no que diz respeito á água, tem a ver com uma intervenção das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, a qual também tem dificuldades financeiras e a calendarização àquilo a que estava comprometida, tem sido alvo de alguns atrasos, não apenas no Concelho de Alijó, mas também na própria Região. Acrescenta que estão a desenvolver esforços junto do Ministério do Ambiente para tentar resolver alguns problemas estruturais e conjunturais com a empresa Águas de Trás os Montes. No que diz respeito ao saneamento, informa que há uma candidatura a Fundos Comunitários para a área do ambiente no âmbito do PO Regional, sendo esta, uma das prioridades dessa mesma candidatura. Informa que relativamente a estes investimentos estruturantes, vão continuar a fazê-los pois tem a ver com as necessidades básicas das populações e para além dos investimentos dos Fundos Comunitários, esta é uma área, em que, dentro do possível, vão continuar a investir. No que diz respeito à intervenção do Membro António Fernandes, relativamente à Feira da Laranja, para além de dar os parabéns à Feira, informa a Assembleia Municipal que tiveram um contacto do Chefe de Gabinete da Sra. Ministra da Cultura, em que esta vai estar às 15:00horas na sede da Banda de S. Mamede de Ribatua, para atribuir a medalha de mérito cultural à referida Banda, integrada nas comemorações da Feira da Laranja em S. Mamede de Ribatua. Convida todos os Membros da Assembleia Municipal a estarem presentes nesta homenagem, a qual considera de inteira justiça, pois é uma Banda Centenária. No que concerne aos “parabéns” pela realização da Feira da Laranja, indica que faz suas, as palavras do Membro António



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Fernandes, salientando um aspecto muito importante neste tipo de realizações, que é o facto de esta não depender apenas e só das Autarquias Locais, tendo também uma componente grande de envolvimento dos próprios locais e fazê-las com o mínimo de dispêndio financeiro possível, sendo este um segredo para a continuação da realização deste tipo de eventos que visam promover os produtos locais; Estes eventos têm que ser realizados numa perspectiva de contenção e com a ajuda de todos é possível concretiza-los, tal como já fizeram no Amieiro e S. Mamede de Ribatua. Relativamente ao 1.º de Maio, refere que são datas históricas e numa altura em que os trabalhadores de uma maneira geral estão a sofrer de enormes dificuldades em todo o mundo, lembrando os direitos e os deveres de todos, particularmente dos trabalhadores, concordando com a intervenção do Membro António Fernandes. Relativamente à Zona de Intervenção Florestal de Alijó/Norte, afirma que esta é um sucesso do Concelho de Alijó, tendo havido um envolvimento particular dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de Vila Chã e Vilar de Maçada e da Comissão de Compartes de Francelos, juntamente com a Afrodounorte, não tendo a mínima dúvida que no Sul do Concelho, a vinha é uma riqueza eudógena, no Norte do Concelho é a floresta, as pastagens e o gado; esta aposta deve ser apoiada e reforçada, indicando que há uma candidatura a uma equipa de sapadores florestais, apresentada pela ZIF e a qual vão tentar que possa vir a ser um sucesso, para poder ajudar a rentabilizar os terrenos. Acrescenta que pretendem alargar a ZIF a toda a zona Norte do Concelho, onde haja floresta, ficando o Concelho todo coberto em termos de Zona de Intervenção Florestal, porque normalmente os proprietários dos terrenos são pessoas idosas, que por si próprios não têm condições financeiras, nem disponibilidade física nem mental para tratar destas matérias e se não for através da ZIF, os terrenos serão abandonados, originando falta de rentabilidade económica e mais incêndios. No que diz respeito às Casas de Cultura está de acordo com a intervenção do Membro António Fernandes, no que diz respeito às despesas mínimas para a manutenção das mesmas e relativamente ao seu funcionamento, têm que se adequar às regras de corte orçamental, lembrando que do ano transacto, para este ano, houve uma diminuição no Plano de Actividades e Orçamento nas transferências, para as Juntas de Freguesia e Associações Recreativas e Culturais, na casa dos 30%. Esclarece que este corte se verificou porque com o corte de 4,2 milhões de euros no Orçamento global e 55 mil euros/mês em termos de Despesas Correntes,

JMG
19
Ferreira



tinha que se reflectir nos subsídios, originando o referido corte, o qual não foi tão significativo como o de que foi alvo o Município nestas mesmas transferências, para que em termos de execução orçamental não se verificar uma distância muito grande entre o que planearam e o que conseguiram executar. No que diz respeito ao IC5 indica que entre a última Assembleia Municipal e a presente, o Sr. Presidente das Estradas de Portugal, demitiu-se, encontrando-se em gestão corrente; o pedido encontra-se feito e no dia 20 do corrente mês esteve em Lisboa, tendo-se informado relativamente a esta matéria e foi-lhe transmitido de forma clara que não vale a pena, porque as pessoas não têm poder de decisão e o que é reivindicado, implica investimento e nesta altura, as Estradas de Portugal, não podem nem devem fazê-lo; estão no meio de um processo de negociação com as entidades externas que vêm resgatar Portugal e ninguém tem poderes para decidir o que quer que seja que implique investimento, porque na questão da sinalética já actuaram. Reafirma o compromisso perante todos de que com o novo Governo e com nova Direcção das Estradas de Portugal, retomarão o processo, o qual será levado até ao fim, embora continue com baixas expectativas relativamente à solução positiva do problema, concordando que, para também dar resposta às populações, devem levar este desafio até ao fim. No que diz respeito à estrada, informa que falou com o responsável da obra, o qual reafirmou que enquanto estiverem a utilizar, não vale a pena compor porque se vão deteriorar ainda mais e logo que não necessitem de circular naquele troço, vão repô-lo, pois é uma obrigação que está no caderno de encargos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Membro: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Afirma que o satisfazem as respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, compreendendo a questão do IC5, não sendo esta a melhor altura para negociar. Afirma ainda que também fica satisfeito ao saber que com o novo Governo retomarão o processo, Governo esse que deverá ser sensível aos problemas do interior do País e vá na senda do que tem sido o actual Governo. Relativamente às baixas expectativas do Sr. Presidente da Câmara, indica que na sua vida, já teve várias vezes grandes expectativas sobre alguns problemas, que se transformaram em péssimas expectativas, assim como também já teve situações inversas, respeitando a forma de estar do Sr. Presidente da Câmara e afirma que não desistem de lutar. Indica



que recebeu com agrado quando o Sr. Presidente afirma que, o saneamento está enquadrado no ambiente, sendo para manter e continuar a fazer. Lembra que o Sr. Presidente tem afirmado que têm que ser exigentes, quando têm dinheiro para fazer as obras mas também compreensivos quando existem problemas e uma vez que foi afirmado que a questão do ambiente é para continuar, lembra também ao Sr. Presidente da Câmara, sobre o problema da Estrada Nacional 212, particularmente na zona sul de Chã, onde não existe saneamento; na dita zona existe alguma indústria e casas de comércio o que leva a que se verifique alguma poluição, sendo assim oportuno que o saneamento não caísse em esquecimento e oportunamente fizesse parte das prioridades da Câmara. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos* “*Relatório Anual de Avaliação de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alijó, referente ao ano de 2010, nos termos da alínea h) do n.º 2 do art.º 18º da lei n.º 147/99, de 1 de Setembro*” e indica que este Relatório faz toda a resenha da actividade de Protecção de Crianças e Jovens, em termos de intervenção, casos tratados por idades e situações, referente ao ano de 2010. Lembra que este Relatório é presente à Assembleia Municipal para tomarem conhecimento e Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Membro: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** A Bancada do PS congratula-se com o esforço das pessoas que compõem a Comissão e entende não ser demais lembrar que estas o fazem gratuitamente, tendo até alguns custos que suportam. Enaltece as pessoas que se dão a esta causa tão nobre e a Bancada incentiva a Comissão, louvando o trabalho desempenhado. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos* “*Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, para assistir ao XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses*”. Informa que o Congresso terá lugar dia 09 de Julho em Coimbra e em representação do Município, obrigatoriamente vai o Presidente da Assembleia Municipal ou o seu substituto, o Presidente da Câmara ou um substituto e um Presidente de Junta eleito na Assembleia Municipal. Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** A Bancada do PS propõe para assistir ao Congresso, o Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Loivos, Albano Rodrigues Martins



Pereira e como seu substituto, a Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eugénia, Fátima Maria Henrique de Barros. -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Informa que a Bancada PSD/CDS não apresenta nenhum nome de Presidente de Junta. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, para assistir ao XLX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses"* sendo aprovado por maioria com 25 votos a favor, 07 votos contra e 01 abstenção. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos "Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2010."*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente ao documento de Prestação de Contas de 2010 indica que tem que ser analisado em três perspectivas: em primeiro lugar, têm que assumir que o mesmo representa uma diminuição clara, no que diz respeito às despesas de investimento, particularmente na área do investimento físico, em pavimentos, em calçadas, em estradas, em rotundas, etc, ou seja, no investimento de requalificação urbana mas que não é imediatamente produtor de riqueza, nem tem directamente a ver com as pessoas; em segundo lugar salienta que há um decréscimo significativo a este nível proveniente do facto do empréstimo de nove milhões e trezentos mil euros, que estava contemplado para este ano, foi todo executado no ano transacto, mas tinha que estar previsto neste Plano de Actividades, porque se não fosse todo executado, tinha que haver alguma parte dessa situação, em termos de pagamento de dívidas de encargos assumidos, facturados e ainda não pagos; salienta ainda que o mesmo representa pela primeira vez, desde que estão na situação de dificuldade, um superávit global de cerca de oitocentos mil euros, significando que no ano em questão, entre a receita cobrada e a despesa efectuada, tiveram um superávit de quase um milhão de euros. Este superávit e os cerca de dez milhões acabaram por "quase não se reflectir nas contas" tal como referiu o Membro Miguel Ângelo, porque um milhão de euros, foi "comido" basicamente por três tipos de despesa, mas a despesa na área do ambiente, foi a que o "comeu" de imediato. Indica que se acrescentarem à despesa na área do ambiente, o aumento da



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Instituto Autónomo de Turismo

Miguel Ángel
Hoyos

despesa na área dos transportes escolares, com o encerramento de escolas e com a constituição de um conjunto de circuitos para poder transportar os alunos, mais o investimento que tiveram que fazer na requalificação das estradas, tal como a estrada entre Pinhão e Casal de Loivos, para poder transportar os alunos em segurança, “comeu” o superávit que conseguiram na execução orçamental deste ano. Acrescenta que vão ter que estabelecer um outro plano, contando que com o trabalho do FMI, que também haverá uma estratégia para a dívida Autárquica, no sentido de colocar a dívida a zero para reequilibrar as contas não apenas do País, mas também das Autarquias, porque a continuar esta situação, em que as regras foram alteradas a meio do “jogo”, dado que antes desta Lei das Finanças Locais, tinham 60% de capacidade de endividamento, a qual foi retirada, e foi a meio de um conjunto de candidaturas a Fundos Comunitários e a meio de um conjunto de investimentos que já não podiam voltar atrás; o que está em cima da mesa, com a Troika é uma estratégia, que não visa apenas o Estado/Administração Central, mas também as Autarquias; se houver uma estratégia a este nível, verão a situação substancialmente melhorada, mas se assim não for, vão continuar a ter um esforço acrescido nesta matéria e vão continuar a ter que fazer um esforço com todos, para diminuir o investimento e o centralizar, sobretudo na área que tem a ver com as pessoas e suas necessidades. Realça que, não obstante todos estes cortes, existem duas áreas onde não houve cortes e se manteve o investimento, que foram as áreas da educação e da acção social, onde mantiveram o mesmo nível de investimento, porque cortar nestas áreas, significava cortar a acção social escolar, cortar os transportes escolares, cortar os apoios sociais numa altura de crise gravíssima, a maior de há cem anos, tanto a nível Nacional como Internacional e num Concelho como este, do Interior, em que a actividade económica não é como todos gostariam que fosse, significava lançar muitas pessoas não só no desemprego, mas também em clara situação de exclusão social, o que não acontecerá enquanto estiverem à frente da Autarquia. Irão realizar menos investimento físico na parte que tem a ver com a estética e requalificação urbana, mas vão manter o investimento na educação e na acção social, assim como o investimento no ambiente, será efectuado o investimento que tem a ver com as pessoas. No que concerne à intervenção do Membro Miguel Ângelo e afirmação de não saber onde foram diluídos os cerca de dez milhões de euros, esclarece que não foi diluído mas pago, tendo em seu poder um documento, para consulta de Membros da Assembleia que pretenderem, onde



constam as entidades. Esclarece que os cerca de dez milhões de euros foram para pagar encargos assumidos, facturados e não pagos, quando o empréstimo foi contratado; nessa altura, tiveram que fazer um relatório das entidades a quem deviam e os encargos assumidos, facturados e não pagos, foram presentes em Reunião de Câmara, em Reunião da Assembleia Municipal e ao Tribunal de Contas. Indica que o dinheiro que veio, não podia ser “diluído” em qualquer outro pagamento que não fosse a pagar às entidades que constam no documento. Indica que podem no entanto perguntar porque não diminuiu a dívida e esclarece que quando fizeram o levantamento e apresentaram os encargos assumidos, facturados e não pagos, entretanto, já estavam em curso, um conjunto de outros investimentos que não podiam apresentar como encargos assumidos, facturados e não pagos, porque as obras ainda não tinham tido nem recepção provisória nem recepção definitiva. Lembra que quando foi discutida esta questão em Assembleia Municipal, transmitiu a um Membro, Dr. Aníbal Ferreira, de que o empréstimo não resolvia todos os problemas da Autarquia. Acrescenta que a Lei das Finanças Locais tem regras próprias e na altura, apenas puderam incluir nesse empréstimo os encargos assumidos, facturados e não pagos. Dá alguns exemplos de encargos que não entraram, tal como o Pólo Escolar, a Requalificação Urbana da zona central de Alijó, assim como despesas na área do ambiente que estão na candidatura ao PO Regional, assim como não entrou a dívida às Águas de Trás os Montes e Alto Douro e à Associação Nacional de Municípios do Vale do Douro Norte, tendo entrado apenas as facturas que estavam na contabilidade como encargos assumidos, facturados e ainda não pagos. Finaliza informando que vai ser distribuído o relatório das entidades onde foram efectivamente investidos os nove milhões e trezentos mil euros. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que seja facultada uma cópia do relatório das entidades, a todos os elementos da Bancada do PSD/CDS. Relativamente ao Ponto em discussão, a Bancada do PSD/CDS indica que têm vindo a alertar constantemente nas anteriores Assembleias Municipais, podem ver através do Relatório de Contas de 2010 que tinham razão quanto à situação financeira do Município de Alijó, sendo extremamente preocupante e põe em risco o futuro do Município, constatando um enorme desequilíbrio das contas do mesmo.



MA
23
Figueira

Acrescenta que há um aumento brutal da dívida comparativamente com o exercício de 2009 e segundo o relatório de gestão, em 31 de Dezembro de 2010, a dívida global do Município de Alijó, é superior a vinte e quatro milhões e trezentos mil euros, incluindo as dívidas a fornecedores e empréstimos a médio e longo prazo. Constata que relativamente às dívidas a fornecedores, há um aumento brutal das mesmas em 2010 e confirma uma vez mais que as contas do Município não se encontram saneadas, mas sim num descontrolo completo. A esta Bancada preocupa também que ao passivo identificado no relatório, devem acrescentar o passivo que não aparece nas contas e que importa em milhões de euros e corresponde a valores objecto dos processos judiciais, para além da não revelação contabilística de facturas vencidas mas ainda não contabilizadas. Considera também importante salientar deste documento, que as despesas de investimento tiveram em 2010 apenas 38% de execução e o PPI uma execução anual de 21%, mas o mais preocupante é que os resultados mostram que no exercício de 2010, o endividamento do Município de Alijó, cresceu muito, ultrapassando o limite legal do endividamento líquido. Afirma ainda que ano após ano “caminham para o abismo”, o que considera preocupante e por isso a Bancada do PSD/CDS vota contra as Contas de Gerência de 2010. -----

-----**MEMBRO JOÃO VILELA:** Indica que ouviu a explicação sobre o Saneamento Financeiro, no entanto tem uma dúvida; dos nove mil e trezentos milhões de euros contraídos no empréstimo e dado que estão esgotados, ressalva que existem oito milhões de euros de dívidas a fornecedores, perguntando como tencionam pagar esta quantia, tendo em conta que não será possível a curto prazo pedir um novo empréstimo. Haverá ainda que contabilizar as dívidas entretanto contraídas em 2011, tendo em conta que em 2012 termina o período de carência deste empréstimo. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara informação de como tencionam pagar os ditos oito milhões de euros que entretanto já estão vencidos. Ainda na sequência do empréstimo, foca o limite do endividamento que entretanto foi ultrapassado e relativamente a 2008 a Câmara foi penalizada, julga que a Câmara contestou essa penalização, pretendendo saber, já que em 2009 voltou a ser violada a Lei, se o Sr. Presidente da Câmara pode garantir que não será aplicada uma nova penalização relativamente a 2009, assim como pretende saber em que situação está o processo entreposto para contestar a penalização. Relativamente às transferências para as Juntas de



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Unidade Partilhada

Freguesia, solicita que seja facultado o grau de execução para cada uma das Juntas e não global conforme está explícito no relatório. -----

-----**MEMBRO MIGUEL CARTAGENO:** Afirma que o Sr. Presidente da Câmara se contradiz nas suas afirmações, tendo em conta os pontos da situação financeira da Autarquia, das últimas quatro Assembleias. Relembra que quando foi aprovado o empréstimo, o Sr. Presidente da Câmara prometeu dar conhecimento de todos os passos do problema financeiro, mas até à data este é o primeiro documento de que tem conhecimento e é com base neste que coloca as suas questões. -----

-----**MEMBRO DOMINGOS AURÉLIO:** Indica que todos devem ter consciência que estão perante um documento, dos mais importantes de qualquer Município e por isso têm que dar o valor que merece, não menosprezando tudo aquilo que nele está plasmado. Indica ainda que o Executivo teve a preocupação de evitar a contenção orçamental; Este é um Concelho pobre, sem grandes recursos e para que as pessoas não tivessem mais problemas, assim obrigou a este Município à preocupação de contenção orçamental. Os problemas das pessoas passam não só pelo quotidiano mas na formação, na saúde, educação, acção social e no ambiente, o que pode justificar a despesa anual às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, que rondam um milhão de euros. Afirma que assim também podem justificar a diluição do milhão de euros, devendo-se a um grande esforço do Executivo para que possam continuar com investimento, que tanto falam e que lhe parece que a oposição tenta escamotear, mas uma das principais tarefas do Executivo, é fazer investimentos dentro das suas possibilidades. Dada a situação socioeconómica, poderão dizer que não podem ir muito mais longe do que aquilo que têm feito. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Felicita os trabalhadores da Câmara Municipal que trabalharam no presente Relatório, assim como quem o dirige. Apesar deste ser um documento muito moroso, podem ver que foi impresso em frente e verso, sendo sinónimo de economia, assim como também podem perceber que entre a despesa e a receita conseguiram já um encaixe de oitocentos e trinta e cinco mil euros. Indica que os Membros da Bancada da oposição continuam a aliar-se e enquanto uns se debruçam muito sobre o rigor dos números, os Socialistas, preocupam-se com as pessoas, sem descurar a parte económica. Conforme afirmou já o Sr. Presidente da Câmara, não descaram o ambiente, a saúde, a acção social e a educação, orgulhando-se muito até fora das



portas do Concelho de Alijó, ouvir dizer que o Pólo Escolar é do melhor que há no Distrito. Afirmam que têm que ser rigorosos nos números, porque os outros países também são; Alijó não é um oásis, que não possa sofrer as influências do exterior, e que considera positivo porque o tempo do “orgulhosamente só não deixou qualquer saudade, pelo menos aos Socialistas”. Acrescenta que quando há dinheiro e se pode gastar, gastam para proporcionar condições às pessoas e quando não há, sabem ser rigorosos e fazer cortes. Indica que o Sr. Presidente da Câmara já provou que o dinheiro do empréstimo não podia ir para mais lado nenhum que não fosse para pagar facturas e obra feita, não percebendo qual o interesse de continuar a ver estas coisas. Apesar de respeitar a Bancada da Oposição, entende que esta deve ser esclarecida, não tendo dúvida que o esclarecimento é feito com rigor e não fica bem estarem sempre a insistir. Refere que também sabem qual o custo que tem a água neste momento, assim como sabem que há Concelhos próximos, em que a factura é “muito mais pesada” para os Municípios. Esclarece que tentaram arranjar um equilíbrio, uma forma de se manterem de “cabeça levantada”, apresentando contas com rigor e continuando a pensar no futuro, pois preocupam-se com o futuro do Concelho e não admite que os Membros da Bancada da Oposição, afirmem que se preocupam mais do que os restantes e na questão de crédito, devem essa responsabilidade às pessoas, as quais têm acreditado no Executivo e nos Membros do PS. Indica que todos têm direito à informação, a qual deve ser fornecida, mas quando analisam, “aos olhos dos Membros do PSD”, o que está mal, devem analisar também o que está bem, no entanto tal não se verifica, sendo sempre iguorado. São todos pessoas de bem, respeitam-se mutuamente e deviam continuar a fazê-lo. A Bancada da Oposição afirmou que ia votar contra e com a mesma frontalidade, a mesma dignidade e o direito que lhes assiste, em afirmar que vão votar contra, a Bancada do PS afirma da mesma forma que vai votar a favor porque acredita que pode “dar a volta por cima” e que têm capacidade para trabalhar tal como têm feito. Pergunta se são diferentes da Espanha, onde a taxa de desemprego atingiu os 25%, mas em Portugal ainda não chegaram a este valor e por isso têm que continuar a trabalhar com pensamento positivo para que o Concelho amanhã, continue a ser o que foi ontem, o que é hoje e que seja um Concelho com sucesso e admirado por pessoas de fora do Concelho. -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** O Relatório da apresentação de Contas submetido a



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Dedicação ao Património Natural

apreciação da Assembleia Municipal, demonstra quanto a gestão Socialista está a ser ruínosa para o Concelho. Este relatório apresenta a “radiografia” da falência técnica da Câmara Municipal, pelo aumento brutal da dívida, comparativamente com o ano de 2009. Esta situação demonstra ainda o falhanço total do Plano de Saneamento Financeiro de 2009, que os Socialistas apresentaram como sendo “o remédio para a cura do doente”. Todavia este PSF não corresponde a um qualquer paliativo, já que a dívida da Câmara é superior a vinte e quatro milhões de euros, com tendência para subir de forma galopante. Acrescenta que o Sr. Presidente da Câmara e os Socialistas dirão que a dívida financeira da Câmara advém da crise e do desgoverno do País; a crise económica veio ajudar o Executivo Camarário Socialista a camuflar a sua má gestão da Câmara já que todos conhecem que o endividamento excessivo é anterior à crise e ao desgoverno dos últimos seis anos do País. Acresce que estão a falar unicamente do passivo que é espelhado neste Relatório sem contar com o passivo, correspondente a valores objecto de processos judiciais em curso, de facturas vencidas mas não contabilizadas, o que irá arrastar a Câmara para uma situação mais gravosa. Indica ainda que devem referir os empréstimos bancários que a 31 de Dezembro de 2010 eram superiores a quinze milhões de euros e cujos encargos destes empréstimos irão onerar ainda mais a situação económica e financeira da Câmara. Pergunta se perante este quadro, o Sr. Presidente da Câmara e seu Executivo está disponível para mandar efectuar uma auditoria à situação financeira da Câmara, sendo certo que com uma auditoria feita por uma entidade independente, os Municípes ficariam a conhecer a real situação económica e financeira da Câmara. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à dúvida colocada pelo Membro Miguel Cartageno, o qual afirmou que o Sr. Presidente da Câmara se tinha comprometido, de acordo com a Lei, apresentar o ponto da situação do Plano de Saneamento Financeiro mas que nunca o fez e só o viu e se apercebeu da situação quando lhe foi entregue o presente documento, não corresponde à verdade. Esclarece que o Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos é o que está estabelecido na Lei como obrigatório, sendo o tal relatório que faz o ponto da situação do Plano de Saneamento Financeiro e tem sido cumprido escrupulosamente, ou seja, de acordo com o que está no Plano de



JMG
29
H. Soares

Saneamento Financeiro, ele tem vindo a ser acompanhado de um relatório escrito por quem o elaborou, presente em Reunião de Câmara e em Assembleia Municipal. Afirma que presentemente foi muito mais além do que aquilo que qualquer obrigação legal obriga a Autarquia, por uma questão de verdade e transparência porque o dinheiro que entra na Câmara não se dilui, entra na contabilidade para pagar encargos assumidos, facturados e não pagos. Indica que pôs ao conhecimento da Assembleia Municipal os encargos assumidos, facturados e pagos com o empréstimo, tendo-o feito muito para além da obrigação legal, por uma questão de respeito, de verdade, de transparência e de humildade Democrática. O documento de Prestação de Contas só pode ser verdadeiramente compreendido se tiverem em linha de conta três factores: primeiro, a aprovação da nova Lei das Finanças Locais, lembrando que votou contra e num Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Lisboa fez uma intervenção de fundo contra esta nova Lei das Finanças Locais. Acrescenta que o fez porque esta nova Lei tem um efeito devastador nas finanças locais, sobretudo das Autarquias do Interior; segundo porque ao estabelecer no seu artigo relativamente à contabilidade que deixa de ser apenas orçamental, passando a ser orçamental patrimonial, ou seja, dual, mete tudo na dívida, o que antigamente não existia. Antes da Lei das Autarquias Locais, a Autarquia de Alijó tinha 60% de capacidade de endividamento por utilizar e com uma simples alteração da fórmula matemática, desapareceram os 60% ficando imediatamente a ultrapassar os limites do endividamento. Refere que, ao contrário do que a Bancada da Oposição transmite nas intervenções, não se aplica apenas à Autarquia de Alijó, aplicando-se a quase todas as Autarquias do Interior do País, porque estas dependem em 70%, 80% ou 90% das transferências gerais do Orçamento de Estado; não têm uma economia ao nível sociedade civil que lhes permita a essa sociedade civil, ir buscar outros recursos financeiros, o que não acontece com Lisboa ou Porto. Para as grandes cidades, as transferências do Orçamento Geral do Estado, significam quase zero, porque não precisam destas verbas, governando-se com as taxas, impostos directos, indirectos e outras penalidades que cobram à economia real que têm porque as sedes sociais das empresas que extraem a riqueza de muitos Município do interior, como o Município de Alijó, estão lá localizadas para fugirem aos impostos. Lembra ainda que disse na sua intervenção no referido Congresso, que se queriam efectivamente fazer esta alteração, teriam que



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Destino Ferozmente Natural

fazer uma outra, ou seja, tinham que obrigar as empresas que extraem a riqueza dos Concelhos do Interior, a ter nesses mesmos Concelhos, a sua sede social. Informa que estão em negociação com uma grande empresa para na continuidade da Zona Industrial de Alijó, poder ter um grande entreposto de vinhos e deslocalizar essa empresa de Vila Nova de Gaia para cá, tendo exigido que tenham cá localizada a sua sede social; terceiro factor: quando houve dinheiro para investir, tiveram que investir e se endividarem, caso contrário, não existia hospital de retaguarda da Santa Casa da Misericórdia, não existia Centro de Saúde, não existia Escola nem acessos, não existia um conjunto de investimentos que são invejados por outros, tal como afirmou o Membro António Fernandes. Lembra que “foram alteradas as regras a meio do jogo” e que foram contra esta alteração, porque na altura a contabilidade fez um estudo e transmitiu que era isto que ia acontecer. Lembra ainda que sempre disse que a actual Lei das Finanças Locais, é uma Lei verdadeiramente “assassina” para os Municípios do Interior, servindo apenas para os “estrangular financeiramente”, tendo como prova a questão colocada no que concerne à ultrapassagem dos limites ao endividamento. Afirma não entender, quando uma Autarquia ultrapassa os limites ao endividamento, estando em dificuldades financeiras, em vez de ser ajudada a ultrapassar essas mesmas dificuldades, lhe retirem verbas necessárias a cumprir as obrigações entretanto assumidas com os seus fornecedores; as verbas que são retiradas vão para um pseudo fundo de equilíbrio Municipal e ser-lhes-ão devolvidas quando já tiverem ultrapassado a situação de dificuldade financeira. Frisa não entender esta situação, acrescentando que este pode ser um passo para as fusões de Freguesias, fusões de Municípios ou até extinção de alguns deles; esta é uma medida que afecta directamente o “coração” da coesão social e económica do País. Esta foi uma medida tomada pelo Governo Socialista, mas estão contra esta medida e acredita que se fosse outro Governo de outra área, seria capaz de fazer o mesmo. Independentemente do Partido a que pertencem, devem saber pôr os interesses do Concelho e do Município acima da pequena luta político-partidária, assim como a nível Nacional deveriam saber pôr os interesses do País, acima dos interesses político-partidários conjunturais. Indica que acredita que o Saneamento Financeiro vai resolver os problemas; tem trabalhado no processo jurídico que contestaram, onde foi exactamente contestado o artigo da Lei que retira as verbas quando mais precisam delas para assumirem os compromissos, contestaram ainda o facto de agora tudo contar



mg
31
Fajers

para o endividamento, quando antes apenas contava parte do endividamento concreto, ou seja, a dívida que tinham aos bancos e agora conta tudo. Acrescenta que como o Município de Alijó, estão cerca de cem Municípios do Interior do País. Indica ainda que ou vai haver uma outra solução para o reequilíbrio da dívida tal como vai haver para o Estado, a nível central, o que está já a ser negociado com a Troika, ou vão tentar renegociar o novo Plano de Saneamento Financeiro, ou então evoluir para uma outra solução para poder assumir os encargos da dívida facturada e ainda não paga. Refere que enquanto estiverem no Executivo, não vão olhar para a gestão da Câmara, apenas numa perspectiva de redução da dívida, pois têm que apostar também no crescimento económico e nas necessidades das pessoas. Afirma que irão recorrer a todos os mecanismos quer jurídicos, quer financeiros, quer políticos, para reivindicar aquilo que acham a que têm direito, ou seja, que arranjem uma forma para poderem honrar os compromissos e que a partir desse momento estabeleçam regras rígidas para que os novos investimentos sejam feitos dentro de um quadro completamente diferente. Indica que no próximo Congresso da Associação Nacional de Municípios irá fazer uma intervenção onde irá lembrar a sua intervenção sobre a Lei das Finanças Locais do Congresso anterior, pois o que tinha previsto, veio a acontecer e irá lembrar que este País se quiser ser um País equilibrado, um País coeso com justiça social e em que não haja nem territórios nem pessoas dispensáveis, têm que alterar o dito artigo da Lei das Finanças Locais, porque caso contrário, levará ao estrangulamento de todos os Municípios do Interior do País. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO JOÃO VILELA:** Agradece as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, no entanto ainda tem algumas dúvidas. A propósito da contestação da penalização relativamente a 2008, o Sr. Presidente não esclareceu em que ponto da situação se encontra a contestação e se dentro desse processo poderá dar alguma explicação relativamente a uma suposta penalização relativamente ao anos de 2009. Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, o Sr. Presidente não se pronunciou sobre o grau de execução para cada uma das Juntas de Freguesia, que é apresentado no Relatório, apenas de uma forma global. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Dedicado ao Património Natural

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Refere as “desculpas” evocadas pelo Sr. Presidente da Câmara, pois a Lei das Finanças Locais, há três ou quatro anos, é sucessivamente evocada para justificar o descalabro das contas. Afirma que a Lei das Finanças Locais é transversal, não se aplicou apenas ao Município de Alijó, mas ao País todo e nem todas as Câmaras estão na situação da Câmara de Alijó. A Lei não tem um carácter específico e concreto para o Município de Alijó, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara, como justifica que haja Municípios que têm alguma situação financeira e o de Alijó não tem. Relativamente ao argumento da excessiva dependência desta Câmara e de outras Câmaras do Interior do País, do Orçamento Geral do Estado, ao contrário do que acontece nas grandes cidades, em que o Sr. Presidente da Câmara disse que o Orçamento Geral do Estado não tem grande peso, indica que têm que ver que nas grandes cidades, os investimentos feitos pelos Municípios, assumem outro carácter e outra importância que não assumem no Interior; não podem comparar para desculpar, situações que são absolutamente incomparáveis. Relativamente à “desculpa” da ultrapassagem dos limites do endividamento o Sr. Presidente da Câmara referiu que não foram ajudados e que antes pelo contrário foram decapitados, mas foi um Governo da cor política do Sr. Presidente da Câmara, ficando assim a saber que “não vai votar nestas Legislativas, no Partido Socialista, se for coerente; pergunta o que é que o Plano de Saneamento Financeiro e os nove milhões e trezentos mil euros representaram e se não foram uma ajuda. No que concerne à contestação jurídica, da Lei das Finanças Locais e alteração dos critérios, afirma que esta é uma afirmação contra Lei e o correcto seria não continuar a lutar contra “moinhos de vento”, contra uma Lei de aplicação geral, mas procurar adaptar-se e fazer o Município adaptar-se à nova realidade; se há novos critérios, a Câmara deveria adaptar-se a esses novos critérios. Pergunta o que fez a Câmara para se adaptar às novas imposições que vieram com a Lei das Finanças Locais, de modo a evitar o descalabro que actualmente as contas do Município apresentam. Presume que o Sr. Presidente da Câmara não os queira convencer a votar favoravelmente o presente documento. Indica que gostava de saber se de facto a situação da Câmara é “um mar de rosa, um oásis”, se não há problemas e como vai o Sr. Presidente da Câmara fazer face aos novos encargos já assumidos e os que surgirão uma vez que ainda não deu qualquer resposta e vinte e quatro milhões de euros já estão vencidos. -----



-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que os representantes do povo do Concelho de Alijó e a nível Nacional, ainda são do PS, compreendendo que os Membros da Bancada da Oposição estejam preocupados com o futuro. Acrescenta que se não tivesse ouvido as explicações do Sr. Presidente da Câmara, seria induzindo a pensar que os “Governo são os Membros da Bancada da Oposição”, porque estes fazem proposta para tudo, mas não “têm remédio” para ir de encontro às necessidades das pessoas. Indica ainda que a Bancada tem toda a legitimidade de pensar assim, no entanto os Membros da Bancada do PS também têm legitimidade para pensar e também para agir. Relativamente à “desculpa de mau pagador”, pergunta se as pessoas do PS são maus pagadores e se toda a gente não recebe quando trabalham para a Câmara. Refere que os Membros da Oposição queriam que o PS abandonasse as pessoas, pois seria um “terreno fértil” para inverterem a situação, assim como queriam que a Câmara de Alijó, como consequência do referido abandono, tivesse dinheiro no banco, como tem a Câmara de Penedono; o Concelho de Alijó está mais avançado, comparativamente com outros Concelhos porque coisas que alguns andam a fazer, o PS na ânsia se servir bem, vai já “muito à frente”. Indica que não precisam de sair de Alijó para verem algumas obras de grande vulto, num Concelho de grande dimensão, contudo os Membros da Bancada da Oposição não querem reconhecer a obra feita, onde está o trabalho dos Socialista. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção do Membro João Vilela, esclarece que o processo foi entregue ao Sr. Secretário de Estado da Administração Local e na sequência desse processo, o qual não foi apenas apresentado pela Câmara de Alijó, mas também pela Câmara de Mondim de Bastos, de Murça, de Sabrosa, de Ribeira de Pena, do Alentejo, das Beiras, do Interior, etc., há já uma proposta concreta acordada entre o Sr. Secretário de Estado e a Associação Nacional de Municípios, para alterar as partes mais nocivas da Lei das Finanças Locais. Acrescenta que o argumento apresentado, tem tido acolhimento, ao contrário da Assembleia Municipal de Alijó, onde não tem tido; no entanto perante o Sr. Secretário da Administração Local e o actual Governo do Partido Socialista, tem tido acolhimento. Dirige-se ao Membro Márcio Ribeiro, relativamente à “brincadeira de votar ou não votar nas Eleições Legislativas”, afirmando



que grave, não é errar, grave é não reconhecer o erro e não o emendar; mas não é por cometerem um erro que vão penalizar as pessoas. Frisa que os argumentos estão a ter acolhimento porque são verdadeiros e justos; quem fez o dito artigo das Finanças Locais, não estava convencido do efeito que iria ter. Relativamente à questão das transferências para as Juntas de Freguesia, este documento não faz isso, faz uma análise global e não desagrega. No que diz respeito à intervenção do Membro Márcio Ribeiro, indica que para não serem acusados de “maus pagadores” pediram o empréstimo, o qual foi votado contra pela Bancada da Oposição. Acrescenta que querem ser bons pagadores e pediram o empréstimo de nove milhões e trezentos mil euros, para pagar dívida de encargos assumidos, facturados e não pagos, feitos ao abrigo da antiga Lei das Finanças Locais. Reafirma que não querem ser “maus pagadores”, lembrando que na sua primeira intervenção referiu que se esta solução não for suficiente, analisarão outras hipóteses. Dentro da própria Lei das Finanças Locais actual, existem outras soluções as quais não pretendem trilhar, no entanto se se verificar essa necessidade, irão enveredar por estas. Indica que compreende porque é que a Bancada da Oposição, de Assembleia em Assembleia, desde o início do Mandato, a única coisa que sabem fazer e com que querem atingir o Executivo, é sempre com a mesma questão: dívida, o que é significativo, do autêntico vazio de ideias relativamente a qualquer outra matéria de que possam acusar o executivo. Reafirma que há dívida porque foi feita obra quando tinha que ser feita e a dívida vai ser paga, quando têm que a pagar. Pergunta se algum dos Membros consegue fazer obra, sem pedir empréstimo ao banco ou quem consegue fazer investimento, quer ao nível do País, quer ao nível das empresas, quer ao nível das famílias, sem ajuda financeira. Acrescenta que não se desculpam com a crise a nível Internacional, mas têm que ter em conta o que se passa no mundo, porque as dificuldades de financiamento afectam também o País e foram retirados meios financeiros a que tinham direito para fazer face aos compromissos. Ao contrário do que afirmam os Membros da Bancada da Oposição, não é apenas uma Câmara, são mais de 90% das Câmaras do Interior do País, que estão em igual situação. Indica que haverá sempre dívida, se quiserem fazer investimento para que o Concelho de Alijó continue a progredir, porque o Município tem que utilizar os recursos públicos que lhe são afectos ao desenvolvimento das pessoas e desenvolvimento do território. A Europa em geral, Portugal, Irlanda e Grécia estão assim porque quem governa o mundo, não são os



204
35
Figueira

Governos, são os especuladores do capitalismo selvagem a nível internacional, denominados “agências de rating” que mandam nas democracias do mundo e se a Europa tivesse uma liderança forte como já teve no passado, os especuladores não faziam à Irlanda, à Grécia e a Portugal o que têm feito. Relativamente à Lei das Finanças Locais e dependência relativamente ao Orçamento Geral do Estado e limites ao endividamento e adaptação aos novos critérios, indica que, porque se estão a adaptar aos novos critérios, é que não há investimento, diminuíram as transferências para as Juntas de Freguesia, para as Associações Culturais, não vão realizar a Alijovem, nem a Revidouro, nem um conjunto de eventos que antes eram realizados, assim como também não vão realizar um conjunto de outras expectativas de investimentos nas diferentes Freguesias, para assim poderem cumprir com as que já estão em curso. Reafirma que os investimentos na área da educação, da saúde e do ambiente, porque têm directamente a ver com as pessoas, vão continuar a ser feitos, para além dos investimentos dos Fundos Comunitários, porque se desistissem de investir na educação, na acção social, na saúde e no ambiente, estavam a desistir das pessoas e a dizer aos habitantes do Concelho de Alijó, que não valia a pena viver neste Concelho. Reafirma que continuará a dizer que vale a pena viver no Concelho de Alijó, têm que fazer restrições ao nível do investimento físico no território, mas têm que continuar a investir nas pessoas e nas suas necessidades. Indica que não têm medo das restrições nem das dificuldades financeiras, porque estão habituados a enfrenta-las e a supera-las; as crises criam novas oportunidades e Alijó também está a tê-las e oportunamente serão confrontados, mesmo em tempo de crise, com mais uma oportunidade de desenvolvimento e mais uma captação de investimento para o Concelho de Alijó, com a exigência de que fique no Concelho a sede social e de que cá se criem novos postos de trabalho. Acrescenta que para esta nova atractividade, muitíssimo contribuíram as novas acessibilidades, investimento público, para colocar Alijó na nova centralidade, em termos de procura das empresas deste território para criar riqueza e desenvolvimento. Lembra que nesta questão poderia ainda focar a Barragem do Tua e os Impostos directos e indirectos que daí advêm, assim como os postos de trabalho que irão ser criados. No que diz respeito ao “voto” e ao futuro, dirige-se ao Membro que focou esta questão e afirma com “toda a simpatia: Não conte com o ovo no sítio certo sem ele lá estar”; nada está ganho antes de ser jogado e está preparado para trabalhar com todos, continuando a defender os interesses do Concelho



MUNICÍPIO DE
ALIJO
Delectatione Potationis Naturae

de Alijó, tal como defendeu até esta data, independentemente do Governo. Finaliza afirmando que estão com a crença e com a confiança daqueles que sabem que têm a consciência tranquila. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** colocou a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2010”*, tendo sido aprovado por maioria com 23 votos a favor e 10 votos contra. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos “Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Lembra que aquando da discussão do Ponto anterior, visaram já a discussão do Plano de Saneamento Financeiro, porque estão ligados. Reforça apenas o que tinha já transmitido ao Membro Miguel Cartageno, aquilo que o Relatório representa o cumprimento da lei e reflecte essa mesma execução. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Salaria na parte da conclusão, que reforça o que disseram e têm vindo a dizer sempre, pois os Relatórios nas conclusões começam a dizer sempre o mesmo e a Câmara de Alijó, neste capítulo não está “a ir pelo melhor caminho”, passando a citar a dita conclusão:” Neste segundo Relatório anual continua a verificar-se uma tendência desfavorável para o cumprimento dos objectivos do Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente a redução do endividamento líquido”. Indica que este parágrafo comprova o que têm vindo a dizer; ainda relativamente ao Relatório de Execução, reconhece que a situação financeira e de tesouraria é grave, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se o Relatório, que não é feito pela Bancada da Oposição, sendo feito por pessoas idóneas e com os números que levam às referidas conclusões. Sobre esta matéria, não podem ter outra conclusão que seja votar contra o presente Relatório. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Refere que a Bancada da Oposição afirma que os Relatórios são sempre os mesmos, acrescentando que a postura dos Membros da Oposição também é sempre a mesma. Acrescenta que o Membro Pedro Pimentel leu apenas o primeiro parágrafo, mas devia também ter lido o segundo parágrafo, onde se pode ler: “Assim o Município vai continuar a



mg
197
D. J. J. J.

tomar medidas económicas e financeiras excepcionais e de emergência de forma a inverter a situação financeira e de tesouraria grave em que se encontra. Acrescenta que isto não é mais do que aquilo que tem vindo a afirmar o Sr. Presidente da Câmara, pois se a Europa, a América, estão mal, o País está igualmente mal; tem havido cortes sucessivos e nesta altura Alijó não poderia ser um oásis onde se respirasse saúde financeira, pois sofre as influências do exterior tanto para o bem como para o mal. Refere que quando são coerentes, honestos, assumem que existem problemas, porque o pior seria ignorá-los, mas como são gente de bem, não os ignoram. Indica que a Bancada da Oposição continua a votar contra e a Bancada do PS continua a votar a favor, pela defesa dos interesses do Concelho de Alijó. Tal como referiu o Sr. Presidente da Câmara, toda a obra está ao serviço de todos, não está apenas ao serviço dos Socialistas, logo, congratula-se com esta postura e com o sentido de responsabilidade. Frisa que se forem ao longo do Concelho, não têm obra como gostariam de ter para ir mais de encontro às necessidades, no entanto são racionais e entendem que neste momento esta é a melhor atitude. Indica ainda que se as coisas melhorarem, continuarão a trabalhar ainda com mais vontade para que o Concelho de Alijó se desenvolva e continue na linha da frente, tal como é desejável por todos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Este é o Relatório do primeiro ano, de um Plano de Saneamento Financeiro, que se pretende aplicar em doze, logo não podiam querer que no primeiro ano de pagamento de uma dívida que tem que ser paga em doze, já tivessem essa dívida toda paga; não podiam querer que no primeiro de doze anos, já tivesse reequilibrado milagrosamente toda a situação. Devem reconhecer que as dificuldades persistem e tal como está expresso no Relatório, pelo facto de estarem em Plano de Saneamento Financeiro não devia ser retirada a verba de cinquenta e cinco mil euros mês, tendo sido este aspecto que juridicamente contestaram; os cinquenta e cinco mil euros mês, são retirados para os Municípios que tendo ultrapassado os limites do endividamento, nada fazem para cumprir e se adaptar à Lei. Refere que o Município de Alijó, já fez, tomando uma medida: o PSF (Plano de Saneamento Financeiro), que está prevista na Lei das Finanças Locais e não deviam ser duplamente penalizados. Refere ainda que quando fizeram o



Plano de Saneamento Financeiro, estavam já em marcha um conjunto de obras, nomeadamente as infra-estruturas das obras das Águas de Trás os Montes e Alto Douro no que diz respeito ao saneamento básico, as habitações sociais, a pavimentação de várias estradas municipais, o transporte dos alunos em segurança na sequência do fecho de escolas e a recuperação de estradas municipais e muros em estado de degradação devido aos Invernos e intempéries que destruíram uma série de estradas, bem como obras de reparação em habitação social e obras de reparação em escolas e equipamentos colectivos. Relembra o investimento que tiveram que fazer no MAP para poderem fazer o Pólo Escolar e para que os alunos enquanto decorrem as obras, tivessem um sítio que os acolhesse com dignidade. Todos estes investimentos foram feitos pós Plano de Saneamento Financeiro e que vieram aumentar a dívida. Acrescenta que a única forma de a Câmara não aumentar a dívida, seria deixar de trabalhar, fechar as portas e todo o dinheiro que vinha, ser só para pagamento de dívida, mas como é do conhecimento de todos, não podem fazer isso. No Plano é salientado que fizeram uma redução excepcional nomeadamente na verba da despesa corrente com os recursos humanos. Indica que os Membros da Oposição também não referem que cumpriram o Plano de Saneamento Financeiro no que diz respeito a novos investimentos de carácter físico no território, tal como comprova a Conta de Gerência e que foi criticada. O Plano demonstra que o Município continua com dificuldades, porque avançam para o Plano de Saneamento Financeiro para resolver e ainda lhes retiram verbas. A questão fundamental é o futuro, pois para ultrapassarem esta situação estão a negociar do ponto de vista político, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista financeiro. Frisa que estão a negociar numa plataforma alargada, com a Associação de Municípios e com o actual Governo, mas como a Associação de Municípios tem todos os Partidos, aquilo que esta concordar relativamente a esta matéria, será uma boa plataforma de entendimento para qualquer Governo que venha, pronunciar-se sobre a mesma. Acrescenta que estão muito conscientes do que é necessário fazer e vão continuar a fazer. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro"*, sendo aprovado por maioria com 22 votos a favor e 11 abstenções. -----



-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduz o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Aprovação da 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2011, que se traduz na 2ª Revisão ao Orçamento da Receita e 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Dá os parabéns a dois Membros da Assembleia que vão fazer parte das Listas dos respectivos Partidos às próximas Eleições da Assembleia da República, são eles o Membro Pedro Pimentel e António Fernandes, expressando que é um orgulho para todos poder tê-los na Assembleia da República a defender os interesses do Concelho. Desta forma fica muito honrado, que Membros da Assembleia Municipal de Alijó possam fazer parte das Listas dos dois maiores Partidos da Política Portuguesa. Relativamente ao Ponto em discussão, indica que tem a ver com o normal desenvolvimento do Plano de Actividades da Câmara, sendo necessário fazer reajustes; o que é proposto, são os reajustes necessários para a gestão do Plano de Actividades Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO TELMO PINTO:** Reformula o voto de parabéns aos dois Membros da Assembleia Municipal, referidos pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Aprovação da 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2011, que se traduz na 2ª Revisão ao Orçamento da Receita e 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa*”, sendo aprovado por maioria com 24 votos a favor e 10 abstenções. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----

João Manuel Gomes da Costa
 Maria Filomena Cunha Santos Viegas
 Filomena Fogaça da Sousa Alves Marques

